

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 954.187 - MG (2016/0189536-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : JOSÉ ROBERTO DIAS BALBI - MG050732**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 358):

APELAÇÃO CÍVEL - REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - REALIZAÇÃO DE OBRAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES FÍSICOS AOS CENTROS DE REABILITAÇÃO - PONDERAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. - A atuação do Judiciário em matéria de políticas públicas deve ser extremamente cautelosa, levando-se em consideração o confronto entre diversos princípios envolvidos. - O direito de acesso dos portadores de deficiência a prédio onde funciona estabelecimento educacional está diretamente vinculado ao princípio da isonomia, pilar fundamental do Estado Democrático de Direito. - Preliminares rejeitadas. - Sentença confirmada em reexame necessário. - Recurso voluntário prejudicado.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 374/377).

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 15 a 17 da Lei Complementar n. 101/2000 e do art. 23 da Lei n. 10.098/2000.

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fls. 418/422), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que: (I) incide a Súmula n. 211 do STJ e (II) a divergência está prejudicada (e-STJ fls. 429/430).

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que o recurso obstado atende aos pressupostos de admissibilidade, bem como que o Tribunal *a quo* usurpou da competência do STJ. Ao final, reitera os argumentos anteriormente expendidos.

Contraminuta às e-STJ fls. 462/464.

Em parecer (e-STJ fls. 474/477), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016)

devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a decisão do Tribunal de origem de admissibilidade do recurso especial não vincula o Superior Tribunal de Justiça, o qual procederá a um novo juízo de admissibilidade, uma vez que é competência exclusiva desta Casa a análise definitiva de admissibilidade do recurso. Nesse sentido: AgRg no AREsp 570.216/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 05/04/2017.

Ademais, com relação aos arts. 15 a 17 da Lei Complementar n. 101/2000 e ao art. 23 da Lei n. 10.098/2000, verifico que o acórdão objurgado não se manifestou acerca das teses jurídicas apontadas pelo recorrente, razão pela qual carece do requisito constitucional do prequestionamento. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Frise-se, a propósito, que a simples oposição dos embargos de declaração não supre o requisito do prequestionamento, sendo necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973, sob pena de perseverar o referido óbice. Essa é a inteligência da Súmula 211 do STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Por fim, resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional (AgRg no AREsp 278.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator